

Comissão Parlamentar de Inquérito aos programas relativos à aquisição de equipamentos militares (EH-101, P-3 Orion, C-295, torpedos, F-16, submarinos, Pandur II)

DECLARAÇÃO DE VOTO

A Comissão Parlamentar de Inquérito aos Programas Relativos à Aquisição de Equipamentos Militares (EH-101, P-3 Orion, C-295, torpedos, F-16, submarinos, Pandur II) desenvolveu um trabalho intenso e profundo durante os seus mais de 100 dias de funcionamento. Foram realizadas 62 reuniões, nas quais participaram 50 depoentes, ao longo de mais de 165 horas. Todas as diligências estão traduzidas e consideradas nas 400 páginas de relatório;

O seu prazo foi prolongado por duas vezes, sendo a última – com o prazo de 8 de Outubro – proposta por requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista;

Foram ouvidos, em audição, 50 depoentes, a que se acresce dois depoimentos por escrito, de dois ex-Primeiro Ministros, e do Contra-Almirante Rogério de Oliveira, por deliberação da Comissão fundamentada em atestado médico;

O argumento invocado pela oposição relativo à não transcrição total das actas não procede por duas razões: por um lado, todas as audições estão em vídeo e foram visualizadas; por outro lado, noutras comissões de inquérito sucedeu exactamente o mesmo;

Foram consideradas todas as cartas, depoimentos, esclarecimentos e documentos que várias individualidades quiseram endereçar a esta comissão;

As conclusões deste relatório são baseadas em factos apurados, quer através das centenas de documentos a que teve acesso a comissão, quer nas inúmeras audições realizadas, razão pela qual os deputados do PSD e do CDS votam favoravelmente o relatório.

O Partido Socialista procurou branquear a sua responsabilidade nos vários processos de aquisição de equipamento militar e na execução das contrapartidas. Como se houvesse uma espécie de vergonha em assumir que todos os seus ex-ministros da Defesa vieram à comissão dizer que, por exemplo, defendem e defenderam a aquisição dos submarinos e a manutenção da capacidade submarina pelo Estado português;

Não querem que se perceba que foram governos do PS que, no processo dos submarinos:

1- lançaram o concurso

2- queriam adquirir 3 submarinos, com opção de 4

3- escolheram os 6 candidatos a apresentarem propostas

4- escolheram os 2 concorrentes que passaram à fase seguinte

5- demoraram mais de 2 anos a definir e a fazer o enquadramento das contrapartidas

6- assinaram, em 2000, garantias de apenas 10%

7- aceitaram, em 2000, o recurso à arbitragem

8- assinaram, desde 2000, as pre-contrapartidas

9- deixaram cair, em 2000, a ligação obrigatória entre execução de contrapartidas e pagamento dos fornecimentos

10- aceitaram a alegada alteração do modelo dos submarinos alemães

11- a execução dos contratos de contrapartidas esteve parada

12- houve um atraso inexplicado no pagamento que terá custado 24 milhões de euros

Também não querem que se perceba que foi com um governo de PSD/CDS-PP que:

1- se reduziu os submarinos a adquirir de 3 para 2

2- a Escom perdeu 2 concursos (Viaturas Blindadas de Rodas e avião táctico)

3- a Escom perdeu no critério das contrapartidas no processo de aquisição dos submarinos

4- se realizou um leilão bancário, para ter a proposta mais competitiva

- 5- se conseguiu spread melhor do que o alcançado para o financiamento dos helicópteros EH101
- 6- consagraram garantias de 25%
- 7- negociaram mais contrapartidas para Estaleiros Viana e OGMA
- 8- passou a haver actas da comissão permanente de contrapartidas

Durante a última semana, e até após a entrega do Relatório preliminar, vários deputados do PS, PCP e BE entenderam expressar que existem “perguntas não respondidas”, e que o inquérito está inacabado.

Esta atitude inspira-se apenas na vontade de deturpar o trabalho vertido no relatório para que se possa alimentar falsas dúvidas com intuitos meramente partidários.

Sucedem, por exemplo, que nenhuma das “perguntas não respondidas” apresentadas pelo GPPS foi alguma vez levantada durante os mais de 100 dias dos trabalhos da comissão, concretamente as 5 referentes a questões durante o exercício do ministro Santos Silva; assim como a questão baseada no relatório do Tribunal de Contas n.º21/2011, que também não foi perguntada ao ex-ministro Paulo Portas;

Também não foi questionado o mesmo ex-ministro se teria tido algum encontro com os concorrentes. E, não tendo nenhum deputado realizado a questão, numa audição em que tudo foi respondido, estranha-se que agora se venha argumentar com a falta de resposta. Especialmente num caso claro, como foi relatado posteriormente pelo representante alemão: “Essa reunião foi extremamente difícil para nós, porque ele insistiu que também déssemos garantias dos pagamentos parcelares durante o processo de construção para prestar garantias bancárias relativamente a estes pagamentos. Isto

representava um grande sacrifício para nós, porque, tal como sabem, os bancos cobram dinheiro, tal como cobram comissões.” Nada nesta reunião, realizada durante o processo de negociação prévio aos “ajustamentos à BAFO”, oferece qualquer elemento para uma teoria conspirativa – pelo contrário, demonstra a salvaguarda do interesse do Estado;

Referem também que não foram ouvidas pessoas ligadas ao Grupo Espírito Santo, tendo até tal sido sugerido pela depoente Ana Gomes em carta à comissão – mas que nenhum deputado, nem mesmo do seu partido Socialista, entendeu requerer;

Ou seja, há pessoas que não foram ouvidas porque a audição não foi requerida e perguntas que não foram respondidas porque não foram feitas;

Se fosse apenas uma pessoa, poderia ter sido lapso, ou apenas duas perguntas por fazer, talvez fosse acaso, mas é tão reiterado o processo que nos questionamos se não é propositado: durante a comissão não se fazem as perguntas e quando acabou diz-se que ficaram por responder;

O problema não é não haver respostas, antes é porque é que não se entendeu fazer as perguntas.

Perante a incapacidade do PS de apresentar factos para fundamentar as suas teorias, inventam-se perguntas fora de prazo.

Por último, os deputados do PSD e CDS-PP lembram que a maioria aceitou realizar esta comissão de inquérito, que o partido socialista anunciou querer lançar durante o congresso do PSD; o mesmo PS que recusou, quando era maioria, a criação desta comissão e que chegou mesmo a votar contra a proposta do seu próprio deputado

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Ventura Leite, de enviar as conclusões do grupo de trabalho sobre as contrapartidas para o Tribunal de Contas.

Argumentam agora que não querem encerrar a comissão enquanto não terminarem as investigações do Ministério Público, entendendo finalmente o erro de ter sido lançada uma comissão de inquérito sem pensar noutro calendário que não o partidário.

Os Deputados do PSD e do CDS lamentam profundamente que objectivos de egoísmo partidário da oposição queiram abalar a seriedade do trabalho realizado por esta comissão.



Do nosso lado, emprestamos o nosso contributo para que o Parlamento cumprisse a sua função fiscalizadora e estamos em crer que deste Inquérito Parlamentar resulta mais esclarecimento e mais escrutínio dos actos do Governo e da Administração.

As conclusões traduzem, por isso, não a verdade desejada pelos partidos da oposição, mas a verdade apurada na base da factualidade provada. Assumindo quer os fundamentos das decisões tomadas, quer as insuficiências detectadas em alguns procedimentos.

Palácio de São Bento, 8 de outubro de 2014




Os Deputados,



André Padf